

FLANÂNCIAS FEMININAS E ETNOGRAFIA¹

Nadja Monnet

Antropóloga, professora do Departament d'Antropologia Social i Cultural, Universitat Autònoma de Barcelona e pesquisadora do Laboratoire Architecture/Anthropologie - LAA/CNRS (Paris).

Tradução: Paola Berenstein Jacques

OS DIFERENTES TIPOS DE FLANÂNCIAS

Flanar, é passear, sem pressa, se deixar guiar pelo acaso das circunstâncias e pelos eventos do momento. Para Régine Robin (2009), *flâneuse* das megalópoles contemporâneas, trata-se de explorar a cidade em todas as direções e através de diferentes meios de locomoção, para apreendê-la plenamente. Realizar uma etnografia em um contexto urbano, seria partir em busca de urbanidade, se transformar de alguma forma em um catador ou uma catadora² de pistas para se compreender aquilo que faz de uma cidade, cidade. Para se entender plenamente e com atenção às dinâmicas urbanas, mais e mais pesquisadores em ciências sociais, bem como no mundo da pesquisa em arquitetura³ reivindicam a caminhada como uma técnica exploratória. A diferença entre o passante ou a passante e o etnógrafo, se situa, então, no

nível da atenção dada aos detalhes e à qualidade dos fluxos, assim como à importância dada às agitações urbanas que acontecem diante de seus olhos, em vias públicas. O etnólogo é, portanto, semelhante à figura do *flâneur*, amplamente popularizada por Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire e depois Walter Benjamin, aquele personagem que passa o tempo observando a vida da cidade. Baudelaire o fez a quintessência da metrópole moderna ao retratá-lo como um observador itinerante que contempla, sem muito participar, da efervescência urbana. Ele é o herdeiro do homem das multidões de Edgar Allan Poe, uma figura anônima, perdido na multidão, que observa sem ser observado, um espectador que goza de todo o seu anonimato. Ele é aquele que busca refúgio no meio da multidão.

Como nos lembra sua etimologia,⁴ a *flanância* está estreitamente ligada ao nascimento das novas *urbs* do século XIX e, mais particularmente, da cidade de Paris nesta época. Desde então, as errâncias urbanas conheceram diferentes mutações. Segundo o recorte proposto por Paola Berenstein Jacques (2006), elas poderiam ser divididas em três momentos: o período das *flanâncias* (meio século XIX, começo século XX), a época das *deambulações* (1910-1930) com os movimentos dadaísta e surrealista e, finalmente, o período das *derivas* (1950-1960) com os situacionistas e sua crítica radical do urbanismo moderno. Com o surgimento das megalópoles e seu ritmo frenético, a errância mais banal, sem intenção estética, parece se tornar mais rara. O novo tempo das megalópoles atuais impediriam a *flanância*? Não teríamos mais tempo então para as trocas furtivas com desconhecido/as que cruzamos nos espaços que não parecem mais com ruas mas com superfícies, esplanadas,

centros comerciais? O passante e a passante, ou os errantes, teriam se transformado nos anônimos que atravessam lugares indiferenciados? O ciberespaço seria o último refúgio da *flanância*? Esta não é a opinião de Régine Robin (2009), que acredita que o ato de *flanar* ainda seja possível de ser realizado e colocado em prática em diversas megalópoles (Nova York, Los Angeles, Tóquio, Buenos Aires e Londres). Régine Robin (2009) e Paola Berenstein Jacques (2012) estão de acordo ao considerar que esta prática foi consideravelmente modificada e, que em função das épocas, diferentes dispositivos são colocados em prática para reinventar a *deambulação*, o atravessamento das megalópoles, para transformar nosso olhar, nossa relação com a cidade, para criar armadilhas para nossos hábitos, nossos horários, nossos percursos obrigatórios. Assim, entre os *post-flâneurs*, como Régine Robin os chama, seria preciso distinguir suas práticas daquelas de Guy Debord, testemunha das transformações urbanas de Paris no final dos anos 1950, começo de 1960. Francis Alÿs, o grupo Stalker e Bruce Bégout buscam a metrópole em toda sua dimensão, sua heterogeneidade, suas disparidades, seu hibrismo. Régine Robin (2009) estabelece igualmente uma clara diferença entre *flanância* e *nomadismo*. Para ela, tudo opõe o *nômade*, que circula no seu carro, ao *flâneur* que se infiltra nas ruas compactas e densas da cidade europeia. Este último, ela escreve (ROBIN, 2009, p. 101),

mesmo que ele jogue com a estranheza, com a distância, com o ar blasé como dizia Simmel, ele se encontra na verdade sempre em um ambiente familiar, que ele gostaria de se desfazer. A rua é seu lugar de predileção. Ele está em casa, diga ele o que disser.

Longe do saber refinado do flâneur, ela considera o nômade como um “analfabeto urbano” (ROBIN, 2009, p. 102) Ele só transita pela cidade. É aquele que está sempre de partida, a mobilidade pura, aquele que não está em casa em lugar algum. Não se trata somente então do tecido urbano que mudou, mas das condições de possibilidade para a flânciã e sua memória.

O flâneur continua a se perder nas cidades, pois nos perdemos ainda no labirinto das cidades. Podemos mesmo, luxo supremo, aí perder o nosso tempo. Os passantes, os artistas e os escritores, acompanhados da sombra dos sem-teto, inventaram dispositivos complexos [...] para que seja possível simplesmente aí encontrarmos nosso lugar sem ocupá-lo. (ROBIN, 2009, p. 89)

Às diferentes categorias de *flâneurs* mencionadas por Robin (que só consagra notas de pé de página às *flâneuses*, quando ela analisa os vários tipos),⁵ eu acrescentaria uma certa prática da antropologia já evocada acima : a dos etnólogos que trabalham no contexto urbano e que decidem, por exemplo, de “armar sua tenda”⁶ em uma praça pública, não se limitando em fazer entrevistas ao longo de seu trabalho de campo, mas também realizando uma escuta e uma observação atenta ao meio no qual eles/elas se movem. Estes antropólogos transformam sua prática de trabalho de campo num verdadeiro corpo-a-corpo com a cidade. O corpo físico do/a pesquisador/a toca e encontra o corpo urbano nos espaços públicos da cidade. (BERENSTEIN JACQUES, 2006) Assim como o *flâneur* estava no limiar da rua, da sociedade, de duas épocas, ao mesmo tempo na multidão e separada desta (ROBIN, 2009), o etnógrafo está no

limiar de dois mundos, em uma posição ambígua, ao mesmo tempo angustiante e embriagante. O antropólogo (ou a antropóloga) urbano conhece geralmente bem o espaço que ele/ela estuda a ponto de se tornar familiar, e ele/ela deve então realizar um verdadeiro exercício de desfamiliarização. Ela/ele obrigatoriamente transforma as dinâmicas do meio que ela/ele observa, assim como este meio solicita um reposicionamento constante de suas idéias iniciais. Não se sai ileso de um trabalho de campo, assim como o campo estudado se modifica na presença do etnógrafo. Pois, quando fazemos uma “observação flutuante” (PÉTONNET, 1982) ou quando praticamos o que Jean-Didier Urbain (2003) chamou de “conhecimento etnográfico” em uma praça pública, não só observamos. Participamos plenamente do quadro que estamos tentando descrever. Para evitar uma miopia, devemos nos tornar observadores incorporados à transformação que está além da observação participante e, pela simulação, sempre aquém da identificação e da fusão. (URBAIN, 2003)

Trata-se, portanto, de uma questão de autopresença que mudou mas que não pode ignorar as profundas desigualdades de gênero que são impostas nos usos potenciais dos espaços públicos urbanos. Um espaço público não é um espaço acessível a todos e a todas, ao contrário do que se diz. Uma seleção, feita de forma mais ou menos táctica, permite que certas pessoas ou certos grupos se apropriem ou não de lugares públicos. O espaço público não é um simples espaço livre, uma versão simples da continuidade ou extensão do espaço privado ou da habitação, nem mesmo um espaço coletivo apropriável por vizinhos. Sua vocação igualitária, seu princípio de acessibilidade, que em teoria o governa, está longe de ser uma

realidade na prática. Todo mundo não é admitido em um espaço da mesma maneira. Alguns/mas podem desfrutar de mais liberdade que outros. A esfera pública não é um espaço de e para todos.

A NATUREZA SEXUADA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

“O espaço é uma dúvida” escreveu Perec (2000). O espaço não existe “em si mesmo”. Ele é constantemente construído, por práticas e programas de ações (das caminhadas aos projetos urbanísticos), ou pelos discursos e representações figurativas ou simbólicas (o imaginário). Ele é pensado, interpretado e imaginado, ao mesmo tempo que é habitado, vivido ou imposto. Sabemos, sobretudo depois dos trabalhos de Piaget (1964), que o espaço é um produto social que deve ser apreendido. Mas, como mostra Barbichon (1991), ele é também imposto. O espaço público, nos diz ele, não é neutro, e os conflitos que ali ocorrem revelam pactos latentes. O espaço é preparado para conter objetos, relações sociais, símbolos. O espaço só tem significado em relação aos grupos que o utilizam. Ele é sempre particularizado, orientado, modelado, construído, pela coletividade.

Em alguns lugares, sobretudo em locais públicos, as interações provocam então “exclusões categóricas de qualquer natureza, em termos de idade, etnia, nacionalidade, ou inúmeras outras afiliações em categorias manifestadas publicamente”. (WATSON, 2006 apud LIEBER, 2006, nota 6) Os lugares são então combinações de espaço, de tempo (porque o espaço sempre implica o tempo) e de um “nós”, ou seja, dos usuários que os utilizam. São as relações sociais, os comportamentos, que constituem o espaço e o tempo. Tempo e es-

paço são indissociáveis. No entanto, não se trata do tempo e do espaço como entidades fixas, mas como espaço e tempo sociais, ou seja, de acordo com as suas construções particulares, que as sociedades humanas têm elaborado.

Poderíamos plausivelmente supor que a forma atual de nossas cidades ocidentais dependem da divisão público/privado que foi progressivamente imposta desde o final do século XVII. Os espaços urbanos teriam sido sempre diferenciados, mas com a revolução industrial e a urbanização acelerada, mudanças radicais teriam sido produzidas nas cidades ocidentais.⁷ Elas teriam sido zoneadas e teriam se tornado mais complexas do ponto de vista espacial, com a estrita separação de funções e o começo dos subúrbios em grandes escalas. Em paralelo a estes fenômenos, os papéis masculinos e femininos teriam sido claramente diferenciados, relegando as mulheres à esfera doméstica. É a partir do final do século XVIII que as mulheres tiveram a sua liberdade de circulação restrita e se transformaram em “donas de casa”, fatos que se sistematizaram ao longo do século XIX. (ÁRIES; DUBY, 1999) Foi então quando as divisões espaciais do público e do privado foram cada vez mais claramente associadas às esferas consideradas “naturais” de cada um dos sexos, construídas sobre a base da ideia da superioridade, da dominação masculina e da responsabilidade feminina para a esfera doméstica. (MOLLER-OKIN, 2000) Parecia que – se a dicotomia público versus privado tivesse sido outra – o aspecto e a organização da vida urbana certamente seriam bem diferentes.⁸

Deve-se, no entanto, mostrar as nuances deste panorama, porque as mulheres não esperaram ser incluídas no mundo do trabalho para “reaparecerem”

no espaço público. Elas também nunca desapareceram completamente deste espaço. Se a ideologia burguesa da primeira década do século XIX confinou as mulheres em casa, isso não significou que elas não saíssem. Elas saíam especificamente para fazer suas tarefas domésticas (lavar a roupa, ir ao mercado, etc). No entanto, a sua presença não era sinônimo de visibilidade. Elas iam ao espaço público para melhor servir a família. Sua legitimidade no espaço somente podia ser circunscrita ao espaço destinado para a família: o espaço residencial.

Na virada do século XIX, Simmel (1989) já propunha a hipótese de que as mulheres têm uma relação diferente com o espaço do que os homens, diferença que ele considerava resultar tanto de sua “própria natureza psico-física e supra-histórica”, quanto do condicionamento de suas atividades ao espaço da casa, uma vez que, para ele, “os gestos de um ser humano dependem dos espaços nos quais ele se move habitualmente”. (SIMMEL, 1989, 142) Mais perto de nós, Jacqueline Coutras (1996) escreve, que é porque não há separação entre trabalho doméstico e trabalho salariado, e atribuição de um para as mulheres e outro majoritariamente para os homens, que estes podem constituir espaço-tempos distintos, poderíamos até pensar a organização da cidade de acordo com esta distinção, e nomear categorias de espaços que correspondessem a cada uma dessas funções.

Manuel Delgado (2007) nos lembra que as próprias noções de citatino e de cidadão consideravam, desde suas origens, a mulher como uma anomalia, cuja presença na rua seria a de um corpo sempre estrangeiro, mal adaptado aos cânones de uma normalidade que ela deforma. O imaginário dominante do começo das metrópoles retratava a

rua como um lugar cheio de perigos. No contexto de uma misoginia dominante, que atribuía às mulheres uma força muscular inferior, bem como uma vulnerabilidade mental endêmica, se a rua era perigosa para os homens (cheias de encontros imprevistos e imprevisíveis, cheias de hipocrisia), ela seria ainda mais para uma mulher, que só podia caminhar pelas ruas sob o olhar atento e o braço forte de um homem. Além disso, as mulheres também foram vistas como menos capazes de evitar as armadilhas de um mundo de aparências e de simulacros por causa de sua “natureza” frívola e leve. A rua representava, portanto, um verdadeiro perigo para todo ser feminino, tal como se mostrava nos manuais de etiqueta daquela época.⁹ Desta ideologia deriva a conotação pejorativa de “mulher pública” que não é exatamente o equivalente de seu homólogo masculino.

[É] um personagem que de alguma forma incorpora uma irregularidade a se corrigir: ela está lá só, frente ao mundo, à espera de ser acompanhada, e ainda acompanhada por esse homem que ela espera e, de certa maneira, ela convoca, já que sua presença indica um vazio que é o vazio do homem que deveria estar ‘naturalmente’ ao seu lado. (DELGADO, 2007, p. 226)

Uma mulher pública é então suposta de estar acessível a todos. Para descrever o seu contrário, Manuel Delgado (2007) sugere o termo de “mulher privada”; o que não significa que esta seja uma mulher que desfruta de sua vida privada, mas sim uma mulher que seria a propriedade privada de um homem para quem ela é exclusiva. O homem público, ao contrário, é aquele que se expõe (no duplo sentido, do que é visível e de quem sabe assumir riscos) às relações sociais em um mundo

de desconhecidos, relações que se baseiam na aparência e no distanciamento. O homem público se entrega, se oferece ao público, o que o leva para o lado da política, do profissional cuja grandeza e qualidade de sua reputação depende do olhar e da valorização dos outros. “O aparente paradoxo de que um mesmo atributo (a rua), elevou o homem à categoria de cidadão e rebaixou a mulher à categoria de prostituta, só pode estar relacionado com a maneira de se conceber a cidade moderna”. (DELGADO, 2007, p. 227)

A partir desta perspectiva, um *flâneur* só poderia ser um homem, como todos os outros “heróis” da cidade moderna (o estrangeiro, o imigrante) que partilhavam com ele a perspectiva e a possibilidade de viajar sozinho, do desenraizamento voluntário e da chegada anônima em um novo espaço. Contrária a essa visão, Elizabeth Wilson (1991) não considera o *flâneur* como um modelo de masculinidade. Seria antes uma figura de transgressão, como aquela dos artistas *dandy* admiravelmente analisadas por Gloria Durán Hernández-Mora (2009). Seria um ser sexualmente indefinido, um espectador passivo, ou seja, exatamente o oposto da participação ativa associada ao masculino. Seu interesse em sua forma de vestir e pelas vitrines faria do *flâneur* um ser inquieto, de masculinidade feminizada. Elizabeth Wilson se opõe assim a uma suposta impossibilidade da *flâneuse* ou da associação que faria dela uma prostituta. Segundo ela, as mulheres, tanto no século XIX como no século XX, gozavam e continuam a gozar de um liberdade muito maior do que nos querem fazer crer, porque nas grandes metrópoles, as hierarquias das cidades pequenas ou aquelas do campo se diluem; o que permite igualmente às mulheres

a experiência do desenraizamento e a liberdade de movimento que as grandes cidades encarnam. A mulher estava tão protegida pelo anonimato quanto o homem no meio da multidão. O que teria lhes permitido também de explorar, a sua maneira, o panorama urbano.

E seria aí, talvez, que residiria o problema: qual seria esta maneira “tipicamente” feminina de apreender a cidade? Porque, como observou Janet Wolff (1985), a sociologia moderna não tem se ocupado das experiências das mulheres na vida urbana.¹⁰ Ela considera que a abundante literatura sobre a natureza fugaz e transitória dos encontros típicos das metrópoles urbanas não correspondem à maioria das experiências femininas. Quais são então essas experiências femininas? E como elas são vividas?

A FLÂNEUSE-ETNÓLOGA NA PRAÇA PÚBLICA

Sem pretensão de resolver este enigma, me proponho a apresentar a seguir algumas reflexões, que surgiram a partir da observação intensiva da Praça Catalunya em Barcelona e que, espero, irão sugerir algumas respostas para este questionamento.

Pessoalmente, eu raramente tinha atravessado esta praça, antes de começar meu trabalho de campo, apesar do fato de que ela seja considerada o lugar mais emblemático da cidade de Barcelona. Para quem frequenta a cidade, esta praça é uma passagem obrigatória, imediatamente associada ao próprio coração da cidade. Os folhetos turísticos, e várias fontes de informação para os cidadãos, exaltam as virtudes da sua centralidade e

de sua posição estratégica. Nesse sentido, a Praça Catalunya é descrita como o centro nevrálgico da cidade, tanto do ponto de vista financeiro quanto social. Quanto aos habitantes da cidade, eles concordam em dizer que ela é o centro da atividade urbana, o nó, não somente físico – é também a partir dali que partem os eixos principais da cidade (As Ramblas, o bulevar Gràcia) –, mas também representativo da vida citatina, compreendida em sua globalidade. No entanto, é um lugar que muitos habitantes da cidade contornam para evitar ter que subir e descer alguns degraus que elevam suas calçadas adjacentes. A este obstáculo arquitetônico acrescenta-se o fato de que não é um lugar habitual de encontro na cartografia de Barcelona. Bares, estações de metrô ou uma fonte, perto da praça, são os lugares mais procurados para marcar um encontro. A fala de um jovem turista nos explica seu desconforto na praça, desconforto que se parece com minhas primeiras visitas, quando eu me sentia completamente deslocada e não sabia muito bem como lidar com os meus próprios movimentos na praça:

Não é realmente um lugar para se esperar por alguém. Você não sabe onde ficar. Se você espera no meio, você se sente estúpido. Você tem a impressão de se expor a todos. Se você resolve sentar em um banco, há o risco de que a pessoa, com quem você quem você marcou o encontro, não lhe ver, e ainda, em quais bancos? A primeira linha de bancos ainda pode ser, mas os bancos da parte de trás tem um ar bem lúgubre. Eles não inspiram confiança. Eu não me sentaria ali. Eu realmente passei um quarto de hora ruim nesta praça. Este não é um lugar onde marcarei novamente um encontro com outra pessoa.

Para tentar compreender as diferentes dinâmicas da praça, eu a frequentei regularmente, pelo menos duas horas por dia, durante 6 meses (de abril a setembro de 2005) e, em seguida, de forma mais esporádica.¹¹ Comecei sua apreensão primeiro, ao me sentar em seus bancos e explorar seus diferentes cantos e recantos. Foi só, muito mais tarde, quando eu já estava familiarizada o suficiente com a praça, que eu me aventurei a me instalar em seus gramados. Foi como redescobri-la por um ângulo diferente, e eu tive que repetir o exercício muitas vezes, até eu parar de me sentir ridícula nestes espaços verdes.

Do ponto de vista do espaço, a praça está organizada da seguinte maneira: três filas de bancos se alinham um atrás do outro em torno do centro da praça, fazendo um semi-círculo, como ocorre nas salas de espetáculo. Se as atividades que ocorrem nesses bancos não parecem fundamentalmente diferentes, ainda podemos notar uma ambiência um pouco distinta para cada fila de bancos. A primeira linha reúne claramente “espectadores” que quase nunca param de olhar, mesmo que às vezes de maneira distraída, o que acontece na frente deles. O centro da praça é o lugar por excelência de quem quer subir no palco e “apresentar um espetáculo.” Nós apelidamos essas pessoas de *performers*. As outras duas linhas são menos propícias a este tipo de exercício, pois uma vez sentado, o usuário ou usuária raramente tem vista para a praça, esta é geralmente obstruída por arbustos que separam a primeira fila da segunda. Estas duas últimas linhas são, por suas características, espaços que parecem mais íntimos e mais propícios para os encontros, que também poderiam ocorrer nos bancos de primeira fila. Atividades ilegais tendem, por sua vez, a acontecer na terceira fila e, geral-

mente, perto de uma “saída” para permitir sair rapidamente do local do delito e se misturar na multidão de pedestres das ruas adjacentes à praça.

Aos poucos, comecei a distinguir, dentro do formigamento da praça, os usuários e usuárias habituais, os visitantes mais esporádicos/as e os/as passantes que a atravessam. Entre os primeiros, pode-se mencionar os vendedores e vendedoras que possuem quatro *stands* instalados na praça que oferecem doces, balões e outros *gadgets*. Fazem parte também os diferentes “técnico/as” (varredores e varredoras de rua, a polícia, técnicos de conservação dos monumentos, etc.), Mas também *flâneurs* e *flâneuses* ocasionais ou ainda os “homens da ronda”, assim chamados porque eles passam o tempo a andar ao redor da praça, em um dos seus sentidos ou no outro.

As observações feitas *in situ*, durante o segundo trabalho de campo, confirmaram rapidamente o que observamos intuitivamente durante o primeiro trabalho. Menos mulheres do que homens frequentavam o lugar, embora haja picos de frequência feminina, que coincidem com os horários de saída da escola ou do trabalho. Observo, de passagem, que nas contagens feitas na praça, houve raramente confusão para determinar o sexo dos corpos presentes, mesmo se não tivemos a ideia de verificar se a nossa maneira de percebê-los correspondia com a forma de se identificar dessas pessoas. Pode-se questionar sobre a relevância de dividir os usuários em dois grupos, um do sexo masculino, e outro feminino. Seria preciso ter em mente os possíveis ângulos desta forma de fazer, por um lado, porque, como Lieber (2006) aponta, encontramos hoje – e a partir da incorporação das mulheres no mercado

de trabalho – uma certa unificação das práticas do espaço público e, por outro lado, porque

[...] a comparação das diferenças de gênero pode parecer uma posição epistemológica suspeita, uma vez que pode ser precedido pelo ‘incontornável postulado’ de que os seres humanos são divididos em dois sexos, e apenas dois, antes de descrever e classificar o comportamento daqueles que foram assim definidos por essas categorias dicotômicas. (KESSLER, MCKENNA apud CASSELL, 2000, p. 64)

Não há, no mundo, homens e mulheres ou machos e fêmeas em si, mas apenas o gênero construído através de lutas históricas entre grupos nas sociedades estruturadas por classe, raça, sexualidade, etc, para o acesso aos recursos sociais (simbólicos e materiais). (PARINI, 2006, p. 33)

Minha intenção não foi de reduzir as atitudes femininas e masculinas às variáveis relativamente previsíveis, de acordo com um modelo preponderante, o que teria levado a empobrecer significativamente a “barulhenta desordem” da realidade humana, as motivações, os comportamentos dos seres humanos”. (CASSELL, 2000, p. 61) No entanto, para dar sentido a minhas observações, foi necessário organizar o que eu observava através de categorias, reconhecendo que qualquer operação de classificação consiste em cortar arbitrariamente infinitas possibilidades de uma realidade.¹² Por outro lado, apesar das tentativas de ultrapassar as fronteiras do feminino e do masculino, apesar das intervenções no corpo que tentam se distanciar das referências biológicas (como *queer*, transexual, bissexual, etc.), as categorias homem/mulher parecem persistir como um lugar de enunciação

das relações de poder, que funcionam como espelhos e refletem as relações políticas, econômicas e simbólicas em vigor, que oferecem um valor e um *status* diferentes aos homens e às mulheres, lançando assim as bases desiguais que, em seguida, têm repercussões nas diferentes esferas da vida cotidiana, onde são construídas as subjetividades e as práticas dos sujeitos.

Como destacou Teresa Del Valle (1997), a mulher ocidental do século XXI não parece ainda ser capaz de separar as tarefas que tradicionalmente lhe são atribuídas. Seus percursos urbanos continuam a ser fortemente influenciados por seu papel de “dona de casa”, mesmo que cada vez mais assumido em tempo parcial, ao lado de várias tarefas domésticas e de cuidado aos membros da família.¹³ Os itinerários femininos se perpetuam e se parecem terrivelmente: o caminho da escola, das compras, etc. As saídas das escolas e das creches, os supermercados, ainda são espaços frequentados principalmente por mulheres e, a partir dos quais, elas organizam cognitivamente o resto de seus mapas mentais do espaço urbano.

Apesar de ter sido difícil contar os passantes, pude constatar que as mulheres sozinhas ocupam muito raramente os bancos e, se este for o caso, elas não costumam ficar por muito tempo: seja porque alguém as encontra logo depois que elas se sentam, seja porque elas só fazem uma breve pausa em seu percurso que irá levá-las a outro lugar. Quando as mulheres estão sozinhas na praça, elas são geralmente pouco comunicativas. Parece, de fato, que há uma norma tácita de que uma mulher sozinha não aborda outra, na mesma situação, para buscar uma conversa mais longa, sem criar algum desconforto, semelhante aquele que o ho-

mem, se aproximando de uma mulher sozinha, pode causar. Tudo parece ser implementado para que as mulheres desacompanhadas tenham que solicitar uma “autorização de uso” desses lugares, uma autorização que se concretiza através de várias justificações que elas se sentem compelidas a dar para ficar um momento na praça ou para se envolver em uma conversa com alguém. Um pedido de informações, à espera de um/a amigo/a ou um parente, o lanche das crianças, a necessidade de acompanhar seus maridos (no caso de mulheres mais velhas) ou uma pessoa de que é responsável de cuidar, são todas as desculpas usadas para justificar a sua presença neste espaço dinâmico, que só o homem parece aproveitar plenamente. Os homens não precisam de pretextos, ninguém pede explicações lançando olhares interrogadores. Aparentemente, eles podem ficar como quiserem, sem sequer fazer coisa alguma, ou ainda podem realizar transações pouco confiáveis, não há necessidade de pedir desculpas ou de inventar pretextos. Eles estão presentes e fazem o que melhor lhes convier, quando lhes interessar: andar, sentar, falar, abordar os/as passantes, etc.

Na verdade, para a grande maioria dos interlocutores do sexo masculino, a etnóloga solitária que eu era, trabalhando neste espaço público, foi interpretado como sinônimo de disponibilidade, de ‘mulher fácil’, em busca de aventuras. Como pude perceber nas várias propostas que me foram feitas ou nas conversas que foram bruscamente interrompidas quando meu estado civil (casada com filhos) foi revelado. Estes gestos e modos de agir, me fizeram rapidamente entender que eles esperavam algo mais de mim, como demonstravam os olhares perplexos e interrogadores dos homens que, como eu, praticavam flanâncias na Praça Catalunya.

Assim, embora as mulheres já não estejam mais confinadas no espaço doméstico, a identidade sexuada ainda desempenha um papel importante quando se deambula no espaço público. Lieber (2006), a partir especialmente de Goffman (2002)¹⁴ lembra que as mulheres só são toleradas no espaço público em determinadas circunstâncias e, uma delas, ao que me parece, é a de não se expor de qualquer maneira e, em todo caso, não adotar atitudes que saiam das expectativas preconcebidas do que se espera delas. É o que também nos diz Régine Robin (2009), quando ela explica que suas flanâncias tiveram que ser enquadradas, organizadas, mesmo que elas permaneçam abertas ao imprevisto:

*Atravessar as megalópoles, manter, contra ventos e marés, a especificidade do flâneur, requer algumas precauções. Megalópoles, mesmo aquelas do 'primeiro mundo', geram medo. O fato de que eu seja uma mulher de meia-idade, não necessariamente uma turista, mas certamente uma estrangeira, uma flâneuse insólita, não é indiferente às dificuldades que eu encontro. Isso me expõe, me torna vulnerável. Eu devo sempre prestar atenção nisso.*¹⁵
(ROBIN, 2009, p. 24)

Parece que a demarcação espacial das mulheres resulta numa sabotagem do direito de desfrutar dos benefícios do anonimato que deveria reger as relações entre estranhos em espaços públicos. As características de neutralidade e de mistura do espaço público é mais uma declaração de princípio do que uma realidade palpável, como é também a promiscuidade relacional que aconteceria nesses espaços. Paradoxalmente, na rua, em uma praça pública, a mesma mulher que é “invisibiliza-

da” como um sujeito social, sofre de uma “hipervisibilização” como objeto de atenção. Mulheres – ou pelo menos algumas, consideradas acessíveis – são constantemente vítimas de agressões do nível mais básico – piscadelas, toques leves ou mais grosseiros, etc. – mas esse excesso de foco também pode adotar a forma mais sutil de paquera. As mulheres sabem que o espaço urbano não é completamente delas. Elas sabem que podem frequentar alguns lugares em determinados momentos. Se elas são autorizadas a permanecer, é na condição de convidada, e desde que saibam ficar de forma adequada. Esta é, certamente, a razão pela qual, entre todos os *performers* observados, nenhuma mulher tenha sido identificada. Parece que as mulheres não podem se dar ao luxo de adotar atitudes desviantes¹⁶ no espaço público, para não ganhar má fama. Se, atualmente, as mulheres estão muito mais presentes no espaço público,¹⁷ o contexto urbano constantemente lhe transmite mensagens para que elas saibam o seu lugar,¹⁸ pois a estrutura social está presente em todas essas interações, e estas ainda parecem ser muito mais difíceis e arriscadas para as mulheres, do que para os homens.

Em paralelo a estas micro-situações, eu também pude constatar as maneiras de agir de mulheres jovens que são muito diferentes das mais velhas. Sentar-se sobre os braços ou na parte de trás dos bancos, em pequenos grupos, pelo chão, no meio da praça, com as pernas abertas, deitar na grama, se beijar em plena luz do dia, e à vista de todos nos bancos públicos, não parece lhes incomodar. Conforme enfatizado por Jolé (2002), grupos de jovens, agindo desta maneira, estão transformando as posturas habituais. Eles estão experimentando novas maneiras de fazer pausas na cidade, e

expondo seus corpos no espaço público. Normas de uso com relação a formas de comportamento em espaços públicos parecem estar mudando. Certos tabus, algumas barreiras foram quebradas, ou essas atitudes só revelam uma época que, uma vez passada, parecerá não ter sido além de uma aparente normalidade?

DA AUTOEXCLUSÃO À EXPLORAÇÃO DE POSTURAS QUE CRIAM OS LUGARES

Por um longo tempo as mulheres se autoexcluíam de certos locais públicos, seja porque a sua educação lhes proibia o acesso, seja porque quando elas se aventuraram por estes locais não se sentiam bem recebidas. O testemunho de Angelina Vilella (2000, p. 81) de Hospitalet (cidade vizinha de Barcelona) explica:

Hoje, quando estamos com sede, entramos em um bar e pedimos uma água ou outra coisa, mas antes isto era impensável, em primeiro lugar, porque não tínhamos recursos e, em seguida, porque as senhoras nunca entravam sozinhas em um bar. Era mal visto uma mulher entrar sem acompanhante masculino em um bar público, ela era imediatamente catalogada. Não foi antes dos anos sessenta e poucos que a questão começou a se normalizar. Eu me lembro bem... a primeira vez que eu fui sozinha beber um café com leite em um bar, foi em 1965. Eu me senti desconfortável, como se eu tivesse feito algo errado; e eu fiz isso simplesmente para não dormir na sala de aula. Colegas da minha classe (da Escola de Enfermagem), que já tinham ido, que me levaram.

O que significa ser uma mulher ou um homem depende do contexto, a definição é relacional e

variável, embora ainda sujeita às leis e aos regulamentos de uma determinada época. Toda pessoa nasce em um sistema cultural e social, que existia anteriormente e que a determina em parte; no entanto, apesar do fato de que os papéis estejam já codificados de saída, as pessoas têm uma capacidade real de transgressão e de resistência. A polarização entre os sexos é um fato social que justifica as desigualdades. Se estas desigualdades tornam-se inaceitáveis, o discurso sobre as diferenças entre os sexos têm chance de desaparecer. A “sexualização” de espaço, se eu posso me permitir usar essa expressão, não consegue desvalorizar nem desativar completamente as virtudes do espaço público urbano. A principal vantagem da vida urbana moderna consiste em permitir que os cidadãos possam ser os responsáveis de suas escolhas, libertando-se das restrições comunitárias e da “prisão” das tradições. É certo que atualmente as mulheres continuam a desfrutar dos efeitos libertadores das cidades, embora que, por outro lado, elas sofram com os fenômenos de exclusão econômica e social. A cidade ocidental moderna, não colocou um ponto final, mas afrouxou a ligação que une, principalmente (se não exclusivamente), um sexo a seu espaço de residência. A cidade do século XXI vai permitir a “dessexualização” da distinção público/privado, ou seja, vai permitir desvincular a definição dessas esferas daquelas dos papéis sexuais?

A relação entre o espaço urbano e a possibilidade de transgressão das versões hegemônicas da sexualidade, documentadas pelas feministas, não se refere apenas às mulheres, mas também aos homens. Entrar no espaço público, no sentido que lhe dá Hannah Arendt (1993), espaço onde são expressas e negociadas as diferenças – entrar no mercado de

trabalho, participar das intrigas do poder político, ocupar um espaço na produção e na circulação simbólica – envolve a questão de como o feminino e os símbolos se transformam. Da mesma forma, o masculino não permanece sem ser afetado por estas novas maneiras femininas de transitar. Ele reinterpreta e elabora novas definições e práticas. A emergência de novos valores femininos provoca uma transformação nas relações tradicionais entre homens e mulheres, que desestabilizam tanto os homens quanto as mulheres.

Como enfatizou Coutras (1998), não podemos esperar melhorar o planejamento do espaço para tornar a prática mais justa para homens e para mulheres e, ao mesmo tempo, querer deixá-lo inalterado em sua organização. Qualquer mudança na relação dos sexos ao espaço leva, necessariamente, a modificar seu funcionamento. Os espaços, como os corpos, não são neutros. Os espaços surgem das relações de poder, as relações de poder estabelecem as normas, e as normas estabelecem os limites, que são tanto sociais, quanto espaciais. Mas os espaços dependem também dos seus usos. Como escreve De Certeau (1990, p. 142), na vida cotidiana, o homem e a mulher da multidão vão e vêm, circulam, ultrapassam e se deixam levar por todos os tipos de derivas no tipo de terreno que lhes foi imposto, eles se adaptam de acordo com seu próprio entendimento. O caminhante urbano dá vida a uma “cidade transumante ou metafórica que se insinua no texto claro da cidade planejada e legível”. Ele/Ela aproveita os acidentes do terreno, semelhante a seu entorno, passando entre as rochas e os meandros dos enquadramentos institucionais que ele/ela corrói e desloca, e de quem a ordem oficial não sabe muito, ou quase nada. Suas astúcias e combinações de poderes, sem identidade

legível, sem apreensões possíveis, sem transparência racional, são incontroláveis. Os jogos de passos são então “criações de espaço”. (DE CERTEAU, 1990, p.147) São essas habilidades motoras pedestres, que espacializam e tecem os lugares, como diz Michel de Certeau. Portanto, deixemos então de ser convidados e nos tornemos anfitriões!

Mas vamos partir também em busca das astúcias urbanas femininas, que permitem aos passantes de “desviar’ as arquiteturas e os espaços urbanos, e inventar artifícios para se apropriar e para reinventar o seu espaço”. (DE BIASE, 2006, p. 91) Pois, como adverte Elizabeth Wilson (1991), é um erro se escrever sobre a hostilidade da cidade *vis-à-vis* das mulheres. Insistir sobre os problemas de segurança, de proteção, o que só faz reificar a dominação patriarcal e promover o paternalismo.

Precisamos de uma abordagem radicalmente nova para a cidade. Nós nunca iremos resolver os problemas de viver nas cidades até saudarmos e maximizarmos a liberdade e a autonomia que elas oferecem, e torná-las disponíveis para todas as classes e grupos. Devemos deixar de perceber a cidade como uma zona perigosa e desordenada, das quais as mulheres, e outros, deveriam ser amplamente excluídos para sua própria proteção. (WILSON, 1991, p. 9)

Como sugere François Laplantine (2005, p. 42), suplantemos as topografias pelas coreografias, que teriam “a vantagem de nos fazer compreender (mas antes fazer-nos sentir, olhar, ouvir), o coro inteiro que refere-se tanto ao lugar onde se dança, quanto à própria arte de dançar”. Este autor acrescenta à noção de coreografia aquela de *kairos*, que ele define como o momento em que não estamos mais com os outros em uma simples relação de

co-existência, mas onde começamos a ser perturbados e transformados por eles.

Como em uma abordagem topográfica que tomamos, apreendemos, capturamos um objeto, em uma abordagem coreográfica, e mais precisamente no tempo de kairós, não há mais objetos que poderiam ser consideradas um fora radical. Os tempos verbais e os próprios verbos não são mais os mesmos: nem tomar, nem apreender, nem capturar, mas surpreender, ser surpreendido, como o duende do flamenco. Kairós é o momento preciso em que renunciamos às ficções do 'outro', do 'estranheiro' [que eu adicionaria também, do 'sexo'] e, quando realizamos uma experiência que é da estranheza. (LAPLANTINE, 2005, p. 43)

Trata-se, portanto, de questionar os estereótipos do pensamento identitário, espacial e estático. Sem renunciar à análise, trata-se de pensar o tempo, que não seja divisível, que não se repita e, também, que não permita cortes que imobilizem o fluxo do movimento. (LAPLANTINE, 2005)

Saibamos ser atentos às “corpografias urbanas” (BERENSTEIN JACQUES, 2012; DULTRA; BERENSTEIN JACQUES, 2008)¹⁹ que colocam em evidência as resistências dos corpos contra a hostilidade dos lugares. Pois, para se construir a cidade como um local receptivo é preciso atenção aos mínimos detalhes e às necessidades de todos os/as passantes. Ao praticar flanâncias, não deixemos de explorar os interstícios, as lacunas, os espaços-tempos “inúteis, mas necessariamente usados”, “estes espaços que não correspondem a coisa alguma na Grande Ordem” e que são buracos “no tecido da funções e necessidades”²⁰ Tentemos entender o que nos diz a dança dos corpos

no espaço público, e nos perguntemos como esses corpos estão mudando com a aceleração generalizada da mobilidade. Examinemos as lógicas sociais que permitem que um lugar público seja algo mais que um mero território de acessibilidade e de circulação, uma rede de relações instáveis entre desconhecidos, ou recém conhecidos, uma proliferação constante e mutante. ■

NOTAS

- 1 Este texto é uma versão atualizada e revista do artigo “Qu’implique flâner au féminin en ce début de XXIème siècle? Réflexions d’une ethnographe à l’œuvre sur la place de Catalogne à Barcelone”, publicado na revista *Wagadu a journal of transnational women’s and gender studies*. v. 7, 2009. Disponível em: <<http://appweb.cortland.edu/ojs/index.php/Wagadu/article/view/400/738>>
- 2 N.d.T.: No texto original “un glaneur ou une glaneuse” que são aqueles que fazem a colheita no campo, a autora parece se referir também ao filme (documentário sobre catadores de 2000) de Agnès Varda: *Les glaneurs et la glaneuse*.
- 3 Neste sentido, o Seminário realizado na École Nationale Supérieure d’Architecture de Montpellier, em 12 de outubro de 2012 foi sintomático. Organizado por Frédérique Villemur, “Traverses au sud, figures de la marche”, fez dialogar arquitetos, historiadores da arte, literatos, filósofos e artistas para renovar as diferentes abordagens da caminhada, a partir da multisensorialidade dos espaços percorridos, para recompor a paisagem e deslocar as nossas representações do espaço.
- 4 Segundo o *Nouveau dictionnaire étymologique et historique*, de Dauzat, Dubois e Mitterrand (1964), a palavra *flâner* surge no meio do século XVII (*flanner*). Essa palavra normanda, sem dúvida mais antiga, foi vulgarizada no século XIX, mas poderia vir também da palavra escandinava *flana*, ir aqui e lá. A palavra *flânerie* surge no século XVI mas foi raramente usada antes do século XIX. Em 1856, Furple inventou o neologismo *flânocher*.

- 5 Estranhamente ela intitula seu livro *Mégapolis; les derniers pas du flâneur* e não os últimos passos da *flâneuse*, o que poderia ser explicado pelo fato que esta figura, na literatura, tenha sido mais masculina do que feminina. O que não impediu que algumas mulheres tenham se dedicado às flanâncias, como sugere o estudo de Catherine Nesci (2007).
- 6 A “tenda”, objeto-fetice do antropólogo, é um tipo de santuário e, de uma certa maneira, a “camera escura” de seu trabalho de campo. É inclusive o objeto da primeira fotografia que Malinowski (considerado como o pai fundador da etnografia como trabalho de campo) coloca em sua monografia *Les Argonautes du Pacifique*, com a seguinte legenda: “A tenda do etnógrafo na praia de Nu’agasi. Ela mostra a forma de morar e de viver entre os indígenas [...]”. (SAMAIN, 1995, p. 110, nota 11)
- 7 Certas autoras emitiram esta mesma hipótese de que a urbanização coincidiria com a intensificação do patriarcado, compreendida com o poder exercido pelo ente masculino na família. (DARKE, 1998)
- 8 Sem querer me alongar muito sobre esta dicotomia público/privado, eu gostaria entretanto de assinalar que essas esferas privadas e públicas não existem em si mesmas. São construções que tem uma história e que são diferentes a depender dos contextos. Moller-Okin (2000, p. 372) explica que os conceitos de público e de doméstico serviram para organizar a vida social de forma diferente segundo os períodos históricos (a produção, por exemplo, passou totalmente da esfera doméstica para a esfera pública ao longo dos últimos trezentos anos) mas eles também tiveram conotações muito diferentes (como a questão da intimidade, por exemplo, que só foi percebida como uma característica da esfera privada no final do século XVII).
- 9 A mensagem indireta que estes manuais transmitiam a suas leitoras era para que elas não se expusessem para não perder sua reputação ao frequentar espaços públicos, as mulheres deveriam “se proteger deste espaço o evitando e deixando-o aos homens que melhor sabiam julgar os seus riscos”. (COUTRAS, 1996, p. 107) Para maiores detalhes, ver J. Coutras (1989).
- 10 Coutras (1996, p. 98) sublinha igualmente que as descrições e análises de interações no espaço público pelos autores que se colocam na linhagem de R. Park, G. Simmel, L. Wirth ou G. Tarde colocam em cena pessoas assexuadas e que as denominações para caracterizá-las (o estrangeiro, o notívago, o aventureiro, etc.) são sempre feitas no masculino. No entanto, para esta autora, esses fatos são uma lógica intrínseca ao espaço urbano, uma vez que para ela “os personagens da cidade inter-subjetiva são só os masculinos”. (COUTRAS, 1991, p. 99)
- 11 Essas reflexões são resultado de duas pesquisas. A primeira que aconteceu de abril 2005 a fevereiro 2006, com o projeto chamado “Au coeur de la Ville : analyse du pouls de la Place de Catalogne” para o qual María Isabel Tovar e eu tivemos um financiamento para a pesquisa do Inventário do Patrimônio Etnográfico da Catalúnia (IPEC) do departamento de cultura do governo calalão. Para mais informações desta primeira fase da pesquisa ver Monnet (2007, 2009) assim como a apresentação no site: <<http://www.contraplano.org/>>. Um segundo projeto de pesquisa, chamado “Espace urbain et genre en contexte méditerranéen; Parcours sonores et photographiques des usagers de la Place de Catalogne à Barcelone”, com uma perspectiva de gênero bem mais claramente definida, também obteve financiamento do IPEC e da Escola Doutoral “Lémanique en Études Genre” e aconteceu de julho de 2007 a fevereiro de 2008.
- 12 A imagem que propõe Lévi-Strauss, em *La Pensée Sauvage*, é muito sugestiva neste sentido. Para explicar o que acontece quando classificamos, ele usa a imagem de uma grande rede que se coloca sobre o mundo, e o que a rede permite “pegar”, explicar certas coisas, deixa várias outras de fora. Assim toda operação de classificação é uma seleção que empobrece a diversidade de possíveis, em função de um objetivo preciso.
- 13 Um estudo recente de Cristina Carrasco Begoña e Mònica Serrano Gutiérrez (2006) mostra que na Catalúnia, atualmente, 71,7% das tarefas domésticas e familiares são realizadas pelas mulheres.
- 14 Neste curto texto, Goffman (2002) evidencia os mecanismos de naturalização no espaço público da dicotomia homem/

mulher, assim como da construção da ideologia da natureza. Ele mostra, por exemplos concretos, que o gênero e o sexo não são fatos derivados de uma simples ordem natural, mas que são suscetíveis de serem construídos e recriados. Estas noções participam da ordem simbólica, da ideologia, mesmo se, em seguida, os enunciados desta ordem simbólica porponham de instituí-los como fatos naturais para todos os membros da sociedade. Assim, por exemplo, sua análise, da instituição de banheiros separados para homens e mulheres, mostra que se trata de um fenômeno cultural, pois nada exige, fisiologicamente, que o dispositivo seja diferente para cada sexo. Ele conclui que “a segregação dos banheiros se apresenta como consequência natural da diferença entre classes sexuais, o que na verdade é mais uma forma de se honrar, se não de se produzir, esta diferença”. (GOFFMAN, 2002, p. 82) Os papéis sexuais não se descolam “naturalmente” das diferenças biológicas, mas são o resultado de construções sociais.

- 15 Para evitar este tipo de problemas, George Sand se vestia de homem para poder praticar suas flâncias à vontade. (WILSON, 1991, p. 52)
- 16 O uso desse termo desviante não é para ser compreendido no seu aspecto negativo, mas no sentido de um comportamento que se afasta da norma social aceita no seu grupo de pertencimento.
- 17 O aumento do número de mulheres que circulam livremente na cidade não é de ontem mas do meio do século XIX, segundo Elizabeth Wilson (1991), e seria a partir da criação de novos empregos, ligados às grandes lojas, onde as mulheres também podiam frequentar sozinhas para fazer compras ou olhar as vitrines.
- 18 Notemos, de passagem, com Darke (1998, p. 117), que para certos homens a cidade também é inóspita. Sem um pleno reconhecimento da parte da ordem pública patriarcal, eles também não podem se expor de qualquer maneira no espaço público.
- 19 Dultra e Berenstein Jacques (2008, p. 85) incitam a se pensar sobre as relações possíveis entre corpo e cidade, que elas chamam de corpografias, e que elas diferenciam claramente das cartografias e das coreografias. Para elas, o estudo das corpo-

grafias poderia contribuir para recolocar em questão os fenômenos da estetização e da espetacularização das cidades aos quais nós assistimos. “Um diálogo efetivo entre arquitetura, urbanismo, artes e dança pode ser muito eficiente para entender como corpo, arte, ambiente e cidade se relacionam na contemporaneidade e promover uma discussão crítica acerca dos modos como se processam essas noções nas práticas e discursos produzidos nestes diferentes campos do conhecimento”.

- 20 As partes entre parênteses são partes das vozes em off do filme de Yaël André (2007), filme, por sinal, muito sugestivo, que apresenta as corpografias dos gestos cotidianos, e que questiona os limites da cartografia. Uma piscadela, cheia de esperança, à potência e impotência da ordem e do caos humanos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Yaël. *Chats errants, Zones temporaires d'inutilité*. Bruxelles: Cobra films et Peter Stockhaus Film produktion, c2007. 1 DVD. Disponível em: <http://www.cinergie.be/webzine/chats_errants_zones_temporaires_d_inutilite_de_yael_andre>. Acesso em: 30 mar. 2013.
- ARENDR, Hannah. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 1993. Título original: *The Human Condition*.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Ed.). *Histoires de la vie privée*. Paris: Ed. Seuil, 1999. v. 3, 4.
- BARBICHON, Guy. Espaces partagés: variation et variété des cultures. *Espaces et sociétés*, n. 62-63, p. 107-133, 1991.
- BERENSTEIN JACQUES, Paola. *Elogio aos errantes*. Salvador: Eufba, 2012.
- BERENSTEIN JACQUES, Paola. Errances urbaines: l'art de faire l'expérience de la vie; autres chemins contre la spectacularisation urbain. In: JEUDY, Henri-Pierre; BERENSTEIN JACQUES, Paola (Org.). *Corps et décors urbains: les enjeux culturels des villes*. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 103-116.
- BOOTH, Chris; DARKE, Jane; LLENADLE, Susan (Org.). *La vida de las mujeres en las ciudades: la*

- ciudad, un espacio para el cambio. Madrid: Narcea, 1998. Título original: Changing places; women's lives in the city.
- CARRASCO BEGOÑA, Cristina; SERRANO GUTIERREZ, Mònica. *Compte satèl·lit de la producció domèstica de les llars de Catalunya 2001*. Barcelona: Institut Català de les Dones, 2006.
- CASSELL, Joan. Différence par corps: les chirurgiennes. *Cahiers du Genre*, n. 29, p. 53-81, 2000.
- COUSTRAS, Jacqueline. *Crise urbaine et espaces sexués*. Paris: Armand Colin, 1996.
- COUSTRAS, Jacqueline. *Construction sexuée de l'espace urbain: le devoir spatial des femmes*. 1998. Disponible em: <http://www.habiter-autrement.org/22_sex/02_genre.htm>. Acceso em: 30 mar. 2013.
- COUSTRAS, Jacqueline. Bienséance, moralité et rapport de sexes appliqués à l'espace. In: ZANOTTO, G. *Le langages des représentations géographiques*. Venezia: Univerité degli Studi di Venezia, 1989. v. 2, p. 235-250.
- DARKE, Jane. La ciudad modelada por el varón, In: BOOTH, Chris; DARKE, Jane; LLENADLE, Susan (Org.). *La vida de las mujeres en las ciudades: la ciudad, un espacio para el cambio*. Madrid: Narcea, 1998. p. 116-130.
- DAUZAT, Albert; DUBOIS, Jean; MITTERAND, Henri. *Nouveau dictionnaire étymologique et historique*. Paris, Librairie Larousse, 1964.
- DE BIASE, Alessia. Ruses urbaines comme savoir. In: JEUDY, Henri-Pierre; BERENSTEIN JACQUES, Paola (Org.). *Corps et décors urbains: les enjeux culturels des villes*. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 91-100.
- DE CERTEAU, Michel. Marches dans la ville. In: DE CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien: 1 arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990. p. 139-191.
- DELGADO, Manuel. *Ciudades movilizadas*. Barcelona: Anagrama, 2007.
- DEL VALLE, Teresa *Andamios para una nueva ciudad: lecturas desde la antropología*. Madrid: Cátedra; Valencia: Universitat de València: Instituto de la Mujer, 1997.
- DULTRA BRITTO, Fabiana; BERENSTEIN JACQUES, Paola. Cenografias e corpografias urbanas, um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. *Cadernos PPG-AU FAUFBA*, ano 6, p. 79-86, 2008. Número especial: Paisagens do corpo.
- DURÁN HERNÁNDEZ-MORA, Gloria *Dandysmo y contragénero. La artista dandy de entreguerras: Baronesa Elsa von Freytag-Loringhoven, Djuna Barnes, Florine Stettheimer, Romaine Brooks*. 2009. Tese de doutorado - Facultad de Bellas Artes, Universidad Politécnica de Valencia, 2009. Disponible em: <<http://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/5953/tesisUPV3064.pdf>>. Acceso em: 30 mar. 2013.
- GOFFMAN, Erving. *L'arrangement des sexes*. Paris: La Dispute, 2002.
- JOLÉ, Michèle. Quand la ville invite à s'asseoir: le banc public parisien et la tentative de la dépose. *Les Annales de la recherche urbaine*, n. 94, p. 107-115, dec. 2002.
- LAPLANTINE, François. *Le social et le sensible: introduction à une anthropologie modale*. Paris: Téraèdre, 2005.
- LIEBER, Marylène. Les peurs dans l'espace public, l'apport d'une réflexion sur le genre des violences. In: GLEYZE, Emmanuel. *Peurs et risques contemporains: une approche pluridisciplinaire*. Paris: L'Harmattan, 2006.
- MC DOWELL, Linda. *Género, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas*. Madrid: Cátedra, 2000. Título original: Gender, Identity and Place; Understanding Feminist Geographies.
- MOLLER-OKIN, Susan. Le genre, le public et le privé. In: BALLMER-CAO, Thanh-Huyen; MOTTIER, Véronique; SGIER, Léa (Org.). *Genre et politique: débats et perspectives*. Paris: Gallimard, 2000. p. 345-396.

MONNET, Nadja. *La ciudad, instrucciones de uso: esbozos barceloneses*. 2007. Tese de doutorado-Departamento de Antropologia Social, Universidade de Barcelona, 2007. Disponível em: <<http://www.tesisenxarxa.net/TDX-1010107-130510/>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

MONNET, Nadja. Enjeux et usages sur la place de catalogne à Barcelone. In: DE BIASE, Alessia; CORALLI, Monica (Ed.). *Espaces en commun: nouvelles formes de penser et d'habiter la ville*. Paris: L'Harmattan, 2009. p. 59-77.

Catherine Nesci. *Le flâneur et les flâneuses: les femmes et la ville à l'époque romantique*. Grenoble: ELLUG/Université Stendhal, 2007.

PARINI, Lorena. *Le système de genre: introduction aux concepts et théories*. Zurich: Seismos, 2006.

PEREC, Georges. *Espèce d'espaces*. Paris: Galilée, 2000.

PETONNET, Colette. L'observation flottante: l'exemple d'un cimetière Parisien. *L'Homme*, v. 22, n. 4, 37-47, 1982.

PIAGET, Jean. *L'Épistémologie Génétique de l'espace*. Paris: PUF, 1964.

ROBIN, Régine. *Mégapolis: les derniers pas du flâneur*. Paris: Stock, 2009.

SAMAIN, Étienne. Bronislaw Malinowski et la photographie anthropologique. *L'Ethnographie*, t. 91, v. 2, n. 118, p. 107-130, 1995.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité: la femme, la ville, l'individualisme*. Paris: Payot, 1989. v. 1.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962.

URBAIN, Jean-Didier. *Ethnologue, mais pas trop*. Paris: Payot, 2003.

VILELLA, Angelina. *Jo... també recordo*. L'Hospitalet, Barcelona: Ateneu popular de l'Hospitalet, 2000.

WILSON, Elizabeth. *The sphinx in the city*. Londres: Virago, 1991.

WOLFF, Janet. The invisible flâneuse: women and the literature of modernity, *Theory, Culture and Society*, n. 2, p. 37-46, 1985.